

Livro nº.

8

Folha

118



**MUNICÍPIO DE
TERRAS DE BOURO**

QUADRIÉNIO 2017/2021

**Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 29 de maio de 2020**

Ata da Assembleia Municipal de Terras de Bouro
de 29 de maio de 2020

----- Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, no Auditório Professor Doutor Emídio Ribeiro, na vila do Gerês realizou-se a segunda sessão ordinária do ano de dois mil e vinte da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, do Decreto - Lei nº75/2013 de 12 de Setembro; -----**
- 2. Presentes para conhecimento as Propostas do Executivo Municipal de apoio à comunidade no âmbito do combate à pandemia da COVID 19;-----**
- 3. Análise e votação de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade - Habitação Condigna; -----**
- 4. Análise e votação de Regulamento Municipal Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio Destinado ao Fomento da Produção Pecuária no Concelho de Terras de Bouro;**
- 5. Análise e Votação da Primeira Revisão aos Documentos Previsionais para 2020; -----**
- 6. Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Maria Helena Alves Cerqueira, mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta; -----**
- 7. Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Alzira Ribeiro dos Santos, mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----**
- 8. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Augusto Capela; -----**
- 9. Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Albino Vieira.-----**

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupar o lugar de segundo secretário.-----

----- Esteve presente nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo e a Senhora Vereadora, Drª Ana Genoveva Araújo. Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta

Livro nº. 8

Folha 119

Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado a falta justificada da senhora deputada Maria Alice Sousa que foi substituída nos termos da Lei pelo senhor deputado Ricardo Gonçalves. Registou-se ainda a ausência justificada do senhor deputado Guilherme Alves, sendo este substituído, nos termos da Lei pelo senhor deputado António Lages.-----

----- Comprovada a existência de “quorum”, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, começando o senhor Primeiro Secretário por dar conhecimento da correspondência recebida e tendo colocado a mesma à disposição para consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior. O senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou a dispensa da leitura efetiva da mesma aos membros da assembleia municipal, sendo esta aprovada por unanimidade. Logo depois e como não foi solicitada a palavra ou qualquer reparo sobre a mesma, esta foi colocada à votação e aprovada por unanimidade. -----

----- Seguidamente teve início o período de antes da ordem do dia. -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra os seguintes elementos da assembleia municipal: senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, senhor deputado Manuel Sousa, senhor deputado Filipe Pires, senhora deputada Isménia Loureiro, senhor deputado Alexandre Pereira, senhora deputada Eduarda Pereira e o senhor deputado Ricardo Gonçalves.-----

----- Deu então início à sua intervenção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que depois dos cumprimentos iniciais a todos os presentes, felicitou a câmara municipal pela realização desta sessão na sua freguesia e neste local. Além das obras que já se encontram a decorrer em Vilar da Veiga, o senhor presidente da junta de freguesia questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o início das obras da rede pedonal, da estrada da Ermida e o Banco do Ramalho. Terminou a sua intervenção, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, deixando um “bem-haja” e um agradecimento à câmara municipal por tanto lutar e fazer pela freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor deputado Manuel Sousa segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa,-----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara,-----

Caros Deputados Municipais,-----

Público presente,-----

-

Todos nós vivemos um tempo diferente; todos fomos confrontados com uma nova realidade a que ainda nos estamos a habituar. Esta nova realidade deixa todos nós perplexos e expectantes em relação a um futuro do qual pouco sabemos como será. A única certeza será a dificuldade que levaremos a retomar ao normal, que não será certamente o mesmo normal, pelo menos num futuro próximo.-----

Vivemos tempos de exceção que merecem tratamento de exceção. O Estado de Emergência terminou, mas o estado do nosso país e do nosso concelho continua a merecer cuidados de exceção para minimizar as dificuldades sociais e económicas que existem pela frente e que afetam a generalidade dos nossos municípios.-----

Na sessão de hoje, é-nos dado a conhecer as propostas do Executivo Municipal na área da Proteção Civil, no apoio à habitação social, na redução das rendas dos espaços não habitacionais e algumas outras medidas para a comunidade. Tais medidas merecem naturalmente a nossa aprovação porque entendemos a situação excecional em que vivemos. Importante dar conhecimento a esta Assembleia que o Movimento Terras de Bouro o Nosso Partido, desde o primeiro momento, fez chegar ao Executivo Municipal um conjunto de propostas que vão na mesma linha que as hoje apresentadas na ordem de trabalhos. Gostaria de referir que outras propostas foram apresentadas e que consideramos essenciais, pois as dificuldades sociais e económicas continuarão a existir e não se restringem apenas aos meses de março, abril, maio e junho. Neste sentido, as nossas propostas adicionais foram:-----

- 1 - Seja aplicada uma bonificação à taxa do IMI, para o ano de 2020, nas seguintes percentagens: - 50% para imóveis urbanos afetos à habitação própria e permanente, acumulável com as que estão em vigor; - 75%, para imóveis urbanos afetos à atividade comercial, de serviços e industrial, desde que não estejam declarados como devolutos;-----
- 2 - Suspensão de taxas dos Feirantes nas Feiras e Mercados para o atual período orçamental; 3 – Anulação da Derrama, em sede de IRC, para 2020; 4 – Devolução, em sede de IRS, às famílias da parte da participação do Município no IRS 2020; 5 – Suspensão de pagamento das rendas comerciais, de março a setembro, cujo beneficiário é o município, e com reavaliação desta suspensão no termo deste período; sendo assim um período mais alargado ao apresentado nos documentos atuais.-----

Estas medidas apresentadas teriam como objetivo beneficiar mais municípios, para além dos

que vivem nas habitações sociais ou sejam arrendatários dos espaços propriedade do município.-----

Conhecemos o impacto de tais medidas nas receitas, mas como já referido, em tempos de exceção terão de existir medidas de exceção que minimizem as dificuldades com que muitos se confrontam de forma inesperada.-----

O motivo de abordar este tema, motivado pelo Covid-19, no período anterior à ordem de trabalhos está relacionado com a nossa preocupação em relação à principal atividade económica deste concelho que é o turismo. Acreditamos que os efeitos já estão a ser devastadores e de difícil recuperação nos tempos próximos, o que põe em causa a sustentabilidade de empresas e a manutenção de empregos, num negócio já de si condicionado à sazonalidade. Neste ponto, pretendemos saber se o executivo tem preparado algum plano estratégico em conjunto com os empresários, com um grande foco na promoção a uma escala nacional. Temos conhecimentos, até pelas notícias, que vários municípios estão a promover a uma grande escala nos media ou através de campanhas de marketing, o chamado “turismo seguro” muito focado nas unidades hoteleiras que estão preparadas para as novas regras sanitárias, associados a campanhas com valores muito competitivos para a oferta que têm disponível.-----

Em relação às praias fluviais, que poderão ser uma alternativa à limitação de acesso a outras praias do país, também merece a nossa preocupação em relação à sua gestão. Foi publicado o Decreto-Lei n.º 24/2020 que regula o acesso, a ocupação e a utilização das praias de banhos, no contexto da pandemia da doença COVID-19, para a época balnear de 2020, onde no artigo 32º atribui responsabilidade à proteção civil municipal e às forças de segurança o acompanhamento e fiscalização dessa mesma legislação. Está previsto algum plano para a gestão das nossas praias fluviais em articulação com outras entidades?-----

Tendo em conta que todos os municípios ficam excecionados do limite de endividamento (e de responsabilidade financeira) nas despesas destinadas à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, podendo contrair empréstimos de curto, médio e longo prazo, prevê o Executivo recorrer a este mecanismo para acorrer a necessidades imediatas?-----

Prevê tomar algum tipo de medida excecional para melhorar a tesouraria?-----

Consideramos que a par das medidas de saúde que garantam a segurança de todos os nossos munícipes; as medidas económicas são igualmente importantes para a sobrevivência da economia, perante uma realidade desconhecida onde, tanto cidadãos como empresas,

organismos públicos e privados são parte fundamental para os esforços de contenção desta pandemia. Esta mudança reserva às administrações autárquicas um papel essencial.-----

Tendo em conta a contingência em que vivemos como estão a decorrer os preparativos para a época de incêndios que se avizinha, no que respeita à limpeza a cargo do município? Temos exemplo da estrada da Ermida, que nos foi informado ainda necessitar de intervenção nesse sentido. Gostaríamos de ter a garantia que serão asseguradas as respetivas limpezas e evitar as falhas que ocorreram no ano anterior.-----

Em relação à construção, aqui, na Vila do Gerês, ao fundo da Avenida 20 de junho, gostaríamos de saber se existiram novos desenvolvimentos, tendo em conta que na sessão anterior referiu que a “dia 31 de março, no âmbito da queixa interposta pelo município junto do Ministério Público, os técnicos da câmara municipal, Eng^a Jerónimo Correia e Arq. Alfredo Machado irão prestar declarações sobre o assunto”. Chegou a existir a prestação de declarações, tendo em conta o Estado de Emergência?-----

Aproveito que esta Assembleia se encontra reunida na Vila do Gerês, manifestar a satisfação com a intenção de classificação da Vezeira no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial Português.-----

----- Fim da transcrição da intervenção do senhor deputado Manuel Sousa.-----

----- Logo após, iniciou a sua intervenção o senhor deputado Filipe Mota Pires que depois dos cumprimentos aos presentes, começou por abordar a situação pandémica que todos atravessamos e de como tem sido importante tanto a acção das autoridades competentes, como o comportamento cívico da generalidade dos cidadãos. Deu os parabéns ao Serviço Nacional de Saúde pelo trabalho e coragem e elogiou também o comportamento dos portugueses como sendo adequado e consciente. Ainda sobre o mesmo tema, elogiou a posição da Assembleia da República e os partidos da oposição por todos demonstrarem estar à altura dos acontecimentos. Ainda sobre a mesma situação elogiou o Governo e o Primeiro-ministro pelo trabalho desenvolvido até aqui, mas é verdade é que todos devemos estar atentos pois todos os dias continuam a surgir problemas, apesar dos bons exemplos. O desconfinamento terá que ser seguro e responsável, sublinhando também o senhor deputado o trabalho das autarquias locais onde existiu e continua a existir muito empenho e preocupação na luta contra a pandemia. Se estamos todos aqui hoje, frisou, também se deve ao facto das famílias, idosos e sociedade em

geral terem sabido estar à altura da situação. Prosseguindo a sua intervenção, falou depois sobre o dinamismo da economia de Terras de Bouro e de como se trata de um problema delicado de resolver com as consequências daí inerentes para o concelho em período de pandemia. Concretamente, perguntou o senhor deputado, no Gerês as termas irão abrir este ano, pois não há, que se saiba, indicação alguma por parte da DGS. É uma situação que interfere muito com a via económica do concelho e principalmente na vila do Gerês, mas também em Moimenta com as termas da sede do concelho. É fundamental esclarecer esta situação e ter acesso a toda a informação possível, sublinhou o senhor deputado Filipe Mota Pires. Neste momento e segundo uma notícia do dia de hoje, há já uma procura muito grande para alojamento local no nosso concelho e nos concelhos vizinhos, correndo já um risco de invasão de turistas nesta altura. No verão, como será organizado este movimento turístico, questionou e GNR irá ser reforçada, perguntou também o senhor deputado, tal será fundamental. Ficam estas recomendações do senhor deputado. Terminou a sua intervenção falando das obras em Vilar da Veiga e de como o período e verão poderá ser afectado por estas, ainda que tenha de se fazer.-----

----- Logo depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal e após dirigir cumprimentos a todos os presentes e desejar votos de boa saúde, iniciou o seu período de resposta às intervenções ocorridas. Assim sendo ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga agradeceu as palavras e retribuiu o gosto em estar na vila do Gerês. Sobre as obras nesta freguesia, o Senhor Presidente referiu o projeto aprovado do passeio pedonal, assunto que se encontra em tratameto jurídico devido ao primeiro empreiteiro não ter correspondido e agora existir já a possibilidade de outra empresa ficar com a obra. Ainda sobre esta intervenção, foram já realizadas intervenções para deslocação das estruturas de electricidade e a EDP, em parceria com o município, irá continuar este processo, já com limpezas da área a decorrer. Já sobre a estrada Ermida, tanto o ICNF como a APA requereram um estudo de impacto ambiental que irá ser apresentado em breve. Já sobre o Banco do Ramalho, um trabalho conjunto com a junta de freguesia e o ICNF e englobado no projeto da Raia Termal, este avançará muito em breve e permitirá a requalificação total daquele espaço.-----

----- Sobre a intervenção do senhor deputado Manuel Sousa, o Senhor Presidente começou por referir que as preocupações com a pandemia são de todos e por isso foram elaboradas e concretizadas várias medidas de apoio, sem populismos nem regateios. Estas foram aprovadas em reunião do Executivo Municipal, principalmente como forma de apoio para pessoas e

famílias sem rendimentos ou sem emprego e como os impostos IMI e IRS só irão ter impacto em 2021, importam, de facto, as medidas com impacto no presente. O Senhor Presidente sublinhou também o trabalho fundamental dos parceiros sociais, da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta e das juntas de freguesia para colmatar problemas de insuficiência económica que surgiram neste período. As propostas do executivo municipal foram no sentido de ajudar todos os terrabourenses, sublinhou o Senhor Presidente, destacando igualmente a perda de receita que o município sofreu durante estes três meses. Neste campo e sobre a água da rede pública, disse ser contra a isenção total do seu pagamento, poderia criar situações de descontrolo e injustiça e daí a opção de se fazer um pagamento pela média do ano anterior. Mesmo assim, o município abdicou de uma receita em pouco mais de dois meses de cerca de quarenta e cinco mil euros. Nesta fase, prosseguiu, o município assegurou a todas as instituições sociais, material de proteção, como luvas, álcool gel e máscaras, a preços altíssimos, salientou também, não se esquecendo, o Senhor Presidente de deixar o seu reconhecimento e agradecimento a todas as entidades pelo trabalho e empenho apresentado na luta contra a pandemia. Ainda sobre este assunto, afirmou ter dado conhecimento a todas as forças políticas do desenrolar da situação em Terras de Bouro. Mais comunicou o Senhor Presidente a intenção de serem tomadas novas medidas até ao final do mês de junho, essenciais, mas sem grande “fogueteiro”, voltando a referir-se à medida pretendida de baixar o IRS como sendo algo que só beneficia quem mais ganha e sem grande impacto na maior parte da população. De seguida, o Senhor Presidente afirmou também que a câmara municipal não pode abdicar de todas as receitas, rendas, ou outras, todos têm que ser equiparados no tratamento. Ainda sobre esta temática da pandemia, o Senhor Presidente deixou uma palavra de agradecimento à Proteção Civil Municipal, na pessoa do seu responsável, o vice- Presidente da autarquia, Dr. Adelino Cunha. Sobre o Turismo, anunciou para as duas próximas semanas novas medidas para o setor, estando programadas reuniões com o ICNF e a GNR sobre este assunto. Aliás o reforço da GNR já foi solicitado, referindo o Senhor Presidente o número de efetivos atribuídos nos postos da sede do concelho e da vila do Gerês, vinte e dois e dezassete elementos, respetivamente, questionando, igualmente, onde é que eles estão de facto, pois, pelas mais variadas razões não prestam serviço no nosso concelho, o que diminui substancialmente a capacidade de intervenção da GNR. Apesar desta situação, o Senhor

Presidente elogiou o fantástico trabalho dos GIPS no terreno e comunicou que o executivo apresentou as propostas de serem criadas ou transferidas para Terras de Bouro, brigadas móveis em bicicleta ou a cavalo, mas até agora não mereceram acolhimento por parte da GNR. Sobre as termas, o Senhor Presidente anunciou que podem abrir a 15 de junho ou 1 de julho, mas a DGS terá sempre a palavra final sobre esta matéria, pois o impacto da sua reabertura é sempre, dada a conjuntura, muito complicado. Hoje mesmo, o Governo anunciou mais medidas de desconfinamento e será muito importante que estas se apliquem ao comércio, principalmente aqui no Gerês e também por todo o concelho, dada a época de verão que se aproxima em breve. Sobre este assunto, o Senhor Presidente anunciou também a realização, muito em breve, de uma reunião com o presidente da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte. Logo depois, abordou a questão da praia do Alqueirão e mencionou os pareceres desfavoráveis da APA para instalação de WC nesta área, dizendo também o Senhor Presidente que este organismo tem que reconsiderar as suas posições sobre esta e outras matérias, a bem do Turismo em Terras de Bouro, esperando para isso que a colaboração com a APA seja cada vez melhor. É fundamental criar condições diferenciadoras para termos um turismo de qualidade, termos acesso livre aos museus ou viagens grátis no barco Rio Caldo, são ideias que se podem concretizar apostando na qualidade dos serviços que prestam os operadores turísticos. Por isso é que pagar taxas na Mata da Albergaria é correto, para se criar consciência da riqueza que ali existe e do que foi investido para melhorar as condições de acesso e circulação desta zona protegida, sublinhou o Senhor Presidente. Sobre este último assunto, o Senhor Presidente agradeceu o investimento do ICNF em Terras de Bouro, como forma de investimento, referindo Leonte e a Mata da Albergaria e para breve os miradouros e as cascatas. Ainda sobre o assunto turismo, o Senhor Presidente informou sobre a visita que dezoito jornalistas efetuarão a Terras de Bouro no domingo, 31 de maio, através da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte. Prosseguindo a sua intervenção, o Senhor Presidente comunicou de seguida que até dia 30 de junho irão ser apresentadas candidaturas para requalificação de praias fluviais e zonas de lazer. Relativamente ao endividamento municipal, será bom relembrar as despesas extra efetuadas neste período, nomeadamente, com a aquisição de uma enorme quantidade de material sanitário, foi criada uma linha especial de transportes em parceria com a CIM do Cávado, sendo que, sobre este assunto, a 1 de junho irão ser reativadas novas linhas de transporte da TRANSDEV. A Ermida, por exemplo, irá ser contemplada com o novo plano de transportes grátis que irá passar também por Paradela, em

Valdosende, e Saím, em Chorense, todas as segundas-feiras. De seguida, o Senhor Presidente aludiu ao apoio dado na alimentação de todos os profissionais de saúde, à GNR no desconfinamento hoteleiro e aos testes de despistagem efetuados aos profissionais dos centros sociais, ou seja, é facilmente constatável que as despesas ultrapassaram e muito as receitas, sublinhou o Senhor Presidente. Sobre as limpezas, o trabalho tem sido excelente e se e quando for preciso para este trabalho, faremos nova prestação de serviços. Mais elogiou o Senhor Presidente o trabalho dos sapadores florestais e de como as limpezas por estes efetuadas não são nada fáceis, afirmando também que as medidas governamentais de conceder um apoio de cinquenta milhões, sob a forma de empréstimos, para limpezas não tem fundamento. Sobre a obra à entrada da vila do Gerês, o Senhor Presidente apresentou o projeto, fez o atual ponto de situação, com embargos parciais e consequentes demolições para repor a legalidade da obra e quanto aos prazos das obras no concelho, elas têm que se realizar agora, pois no inverno há outros condicionamentos e os prazos apertam. Relativamente à vezeira e a candidatura a património imaterial, o Senhor Presidente só pode demonstrar o seu regozijo por isso.-----

----- Sobre a intervenção do senhor deputado Filipe Pires, o senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu os parabéns pelo trabalho efetuado no combate à pandemia e endereçou iguais parabéns ao primeiro-ministro por igual trabalho. Relativamente à intervenção do senhor deputado sobre a economia local, a situação é preocupante, é um facto e há angústia nos empresários. A Direção Geral de Saúde tem que transmitir sinais de segurança aos hotéis e restaurantes. Relativamente à procura exagerada de alojamento local, ainda está por confirmar e é um facto que não queremos invasões desmedidas nem descontroladas, daí o pedido de reforço da GNR. Também sobre os constrangimentos provocados pelas obras, estes são sempre minimizados com os acessos ainda que condicionados e elas são, na realidade, um imperativo. No que diz respeito à abertura das termas e como já referiu, elas poderão abrir a 15 de junho, data ainda por confirmar.-----

----- Seguidamente interveio a senhora deputada Isménia Loureiro segundo intervenção que se transcreve na íntegra:-----

----- Boa noite.-----

Começo por cumprimentar o Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Exmº Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Secretários da Mesa, os Senhores Vereadores, bem

como os Membros do gabinete de apoio à Presidência, as senhoras e os senhores deputados, os Chefes de Divisão, a Comunicação Social e os Municípes presentes.-----

Antes de mais, manifesto a minha satisfação por verificar que estamos todos de boa saúde e pela realização desta Assembleia na freguesia de Vilar da Veiga, de que tanto gosto e de onde sou natural. É certo que estamos a viver uma situação atípica, esta Pandemia e o vírus SARS-CoV-2, veio alterar todas as nossas rotinas, mas temos demonstrado que conseguimos enfrentá-lo. -----

Então, a minha intervenção de hoje vem no sentido de reconhecer e sublinhar a forma célere como este Executivo implementou as medidas de combate à pandemia da Covid-19. Com toda a certeza, foi devido a esta rápida atuação que verificamos um número tão reduzido de casos positivos no nosso concelho.-----

Assim, cabe-me dizer que, e numa primeira fase, logo após as medidas anunciadas pelo Governo, a 12 de março, e estando naturalmente o Município muito atento também às recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS), veio apelar aos munícipes para que apenas se deslocassem aos espaços públicos em situações absolutamente necessárias e para não permanecerem em locais de grande aglomeração de pessoas.-----

Sensibilizou os terrabourenses para o cumprimento das diretrizes emanadas pelo Governo, bem como pela DGS, tendo como objetivo essencial a preservação da saúde de todos.-----

Rapidamente foi elaborado o necessário Plano de Contingência face a este novo coronavírus, que estabeleceu inúmeras medidas de prevenção, como por exemplo, encerrar temporariamente alguns serviços e restringir o número de visitantes em algumas infraestruturas concelhias (como por exemplo, o Núcleo Museológico de Campo do Gerês).----

A alteração no funcionamento do Centro de Saúde perante esta nova situação e a implementação de todas as regras sugeridas pela DGS neste local, foi devidamente acautelado!-----

Houve sempre a preocupação de divulgar as normas emanadas pela DGS, bem como outras informações pertinentes para os Municípes, nomeadamente através do website do Município.--

O Município, em articulação com o Projeto CLDS 4GEIRA, sob a coordenação da ATAHCA, disponibilizou uma linha de apoio telefónico – Pandemia Coronavírus Covid-19 – para as pessoas mais isoladas e vulneráveis.-----

Além disto, e num apoio direto às famílias e munícipes mais carenciados, foi feita uma distribuição de alimentos que já atingiu os 240 casos. Esta ação foi desenvolvida pelo Gabinete

de Ação Social da Câmara Municipal e CLDS 4Geira. Parte desses alimentos foram recolhidos pelos elementos da CLDS 4Geira e da Associação Rio Homem, nos estabelecimentos comerciais do concelho, que se mostraram muito recetivos e colaborantes com a iniciativa.----

Igualmente foi deliberado isentar ou reduzir o pagamento das rendas dos estabelecimentos comerciais do Centro de Animação Turístico do Gerês, bar da Marina e Bar da Fronteira da Portela do Homem.-----

Existiu sempre ponderação, sensibilidade e proporcionalidade na tomada de decisões com influência direta na economia do nosso concelho, designadamente a necessidade de cancelar e/ou adiar alguns eventos.-----

Graças à determinação do Senhor Presidente, desde 17 de abril, foi possível ter no nosso concelho, uma unidade móvel para a realização de testes à Covid-19, direcionada a pessoas enviadas pelo Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Gerês Cabreira e pela Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte, assim como para qualquer outro caso que se julgasse necessário. Igualmente importantes foram todos os testes realizados aos utentes e funcionários das instituições particulares de solidariedade social (IPSS's) do concelho.-----

Para terminar, é de louvar o esforço sobre-humano do nosso Presidente no estabelecimento de contactos com as mais variadas pessoas e instituições com o intuito de agilizar e precaver o aparecimento de casos de Covid-19 no nosso concelho, o que indubitavelmente surtiu os efeitos desejados. Continuamos, agora, após quase três meses desde o aparecimento do primeiro caso positivo em Portugal, como um dos concelhos com um menor número de casos.-

----- Fim da transcrição e da intervenção da senhora deputada Isménia Loureiro.-----

----- Logo depois assumiu a palavra o senhor deputado Alexandre Pereira que após os cumprimentos iniciais, se referiu à sua intervenção por escrito no 25 de abril, justificando os termos em que a mesma foi elaborada e enviada por não concordar com os argumentos apresentados pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal relativamente à forma escolhida para celebrar este ano o “25 de abril”, à semelhança do que fez o deputado CDS na Assembleia da República. Seguidamente falou dos investimentos no concelho e de como seria importante que a revisão do PDM abrisse mais possibilidades. Elogiou depois o trabalho do executivo municipal no combate à pandemia e pediu uma atenção redobrada aquilo que chamou de “pobreza envergonhada”. Depois, o senhor deputado falou sobre as recentes contratações de

funcionários para o município e de como também é preciso dar emprego a pessoas qualificadas na câmara municipal. Ainda questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a comercialização dos produtos locais e sobre o nível da água na albufeira, algo que dever ser seguido com atenção, assim como o estado dos acessos à mesma albufeira.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou o uso da palavra para agradecer as palavras da senhora deputada Isménia Loureiro e já sobre a intervenção do senhor deputado Alexandre Pereira afirmou que há um olhar atento da câmara municipal sobre a situação da pobreza, já que, por vezes temos a “pobreza atrevida” e também a “pobreza envergonhada”, situações complicadas para as quais a ação social do município tem estado preparada. O processo do PDM está a decorrer e a seguir os trâmites normais, sublinhando o Senhor Presidente que o trabalho feito, nomeadamente, no Bairro da EDP em Paradela, não se deve perder, assim como o projeto para a antiga Pousada da EDP, no mesmo local e que deve avançar muito em breve. Relativamente aos funcionários e à sua qualificação, o presidente da câmara municipal é que escolhe as prestações de serviços e se o município tem necessidade de certos funcionários para determinados trabalhos, então contratamos, pois há situações em que para termos um arquiteto ou dois engenheiros, melhor seria não os termos. Assim, vamos reforçar a equipa das limpezas com pessoas que querem e sabem trabalhar, estamos à vontade para escolher, seguindo estes critérios, sublinhou o Senhor Presidente, dando como exemplo as recentes três contratações feitas na freguesia de Valdosende como sendo mais-valias para as necessidades da autarquia. Sobre os produtos locais, neste momento é que existe no concelho, sendo que, no futuro, há intenção de um projeto para um mercado local. Sobre as questões colocadas no que diz respeito à albufeira, já decorreu uma reunião com a APA para analisar possíveis requalificações nas margens, situações que apresentam sempre dificuldades por causa do POAC. No que diz respeito aos resultados obtidos na luta contra a COVID19, foi, realmente fundamental o conhecimento que existe no executivo municipal sobre questões de saúde pública, sublinhou o Senhor Presidente.-----

----- A intervenção inicial pertenceu então à senhora deputada Eduarda Pereira segundo o que de seguida se transcreve na íntegra:-----

Boa Noite,-----

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da Assembleia, cumprimento o Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros de Assembleia Municipal, cumprimento também o Público e

Membros de Comunicação Social presentes.-----

Nesta sessão da Assembleia Municipal de Terras de Bouro gostaria de abordar os seguintes assuntos, colocando também algumas questões ao Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro:-----

1. COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL-----

Apesar de Terras de Bouro o Nosso Partido concordar de uma forma geral com a fórmula que este ano foi adotada para assinalar as “Comemorações do 25 de Abril” no Município de Terras de Bouro, não se fazendo a habitual sessão da Assembleia Municipal ou outras iniciativas presenciais, uma vez que este ano temos de nos consciencializar que temos que redesenhar a nossa forma habitual de atuarmos e, como representantes políticos, com a nossa ação também damos o exemplo aos cidadãos e o tempo quer-se e precisa-se que seja de recolhimento e de distância social. E também pode ser uma liberdade com responsabilidade escolhermos proteger a nossa população e atuarmos e influenciarmos nesse sentido. No entanto e até para honrar os valores democráticos que ABRIL representa, não poderíamos deixar de referir que consideramos que esta decisão deveria ter sido tomada com a consulta e participação de todas as forças políticas da Assembleia Municipal de Terras de Bouro. Também o aviso sobre as comemorações e o pedido de participação com um texto para colocar no site do município deveria ter sido mais atempada e não efetuado apenas 3 dias antes do 25 de Abril.-----

2.IMI – DEDUÇÃO FIXA POR AGREGADO FAMILIAR/Nº DEPENDENTES-----

A Assembleia Municipal aprovou em 29.11.2019 a taxa de IMI para o ano de 2020 (0,30%), assim como deduções de montante fixo de acordo com o nº de dependentes do agregado familiar (1 dependente -20€; 2 dependentes– 40€; 3 dependentes ou mais - 70€). Viemos recentemente a saber e na sequência de um pedido de esclarecimento do Vereador Paulo Sousa do Movimento Independente Terras de Bouro o Nosso Partido que a comunicação relativa à redução familiar não foi inserida no Portal da Finanças pelo Município e por isso a população não está a usufruir desta dedução aprovada em Assembleia.-----

Não há outra forma de dizer: tratou-se de uma falha grave dos serviços municipais. O Município inclusive já assumiu a falha e colocou um comunicado no seu site. As minhas questões neste ponto que trouxe para abordar nesta sessão da Assembleia Municipal, seriam se esta situação teria resolução e como e, se resolvida, como iriam ser efetuadas as reposições aos

contribuintes. No entanto, hoje já no caminho para a Assembleia Municipal, recebi informação da parte do Vereador Paulo Sousa do Terras de Bouro o Nosso Partido, uma vez que ele além de ter pedido esclarecimento em reunião do executivo municipal no passado 07.05.2020, também enviou pedido de esclarecimento à Direção de Serviço do Imposto Municipal sobre Imóveis (DSMI) anexando a proposta aprovada pela Assembleia Municipal, obtive resposta hoje informando que exceccionalmente iriam proceder à re-liquidação daquele imposto. No seguimento deste pedido de esclarecimento o Vereador do Terras de Bouro o Nosso Partido foi também informado que se as notas de liquidação forem de uma só prestação vai haver reembolso, se for de duas ou três prestações, faz-se a compensação na última. Desta forma presto também esta informaçãp à assembleia Municipal que julgo ser útil não tendo propriamente já nenhuma questão a colocar ao Sr. Presidente do Município. Destacando no entanto que sendo certo que os serviços após descoberta deste erro providenciaram no sentido de o resolver, quem descobriu este lapso e com isso despoletou a sua resolução foi o Vereador Paulo Sousa eleito pelo Terras de Bouro o Nosso Partido. Desta vez, felizmente resolveu-se, no entanto quisemos referenciar de igual forma este assunto pois é um assunto demasiado importante para ser negligenciado.-----

3. REDE INTERNET COM FIBRA ÓTICA NO CONCELHO DE TERRAS DE BOURO

O teletrabalho está como nunca na ordem do dia tendo-se revelado uma importante ferramenta para conter o vírus e ao mesmo tempo manter a economia a trabalhar e parece-me que esta experiência poderá significar que as empresas, mesmo no pós-pandemia, poderão continuar a operar desta forma. Em Terras de Bouro já haverá certamente pessoas em tele-trabalho e poderá haver mais no futuro, uma vez que as dificuldades de deslocação tão caracteristicamente apontadas como ponto fraco do nosso meio eliminam-se. Neste campo assume especial importância termos uma boa rede de internet mais concretamente com a tecnologia de fibra ótica, o que atualmente não acontece em todo o nosso território.-----

Embora se trate também de um investimento do foro empresarial privado gostaríamos de saber se de alguma forma o Município de Terras de Bouro não poderá intervir solicitando ou pressionando as empresas ou organismos que operam e intervêm nesta área para a colocação de fibra em todo o concelho? Eu acredito inclusive, que esta situação de pandemia devido ao Covid 19, pode vir a ser uma janela aberta na fixação de mais pessoas no meio rural e esta é uma boa oportunidade para com medidas incentivadoras adicionais podermos aproveitar da melhor forma esta tendência. E não só pessoas, também empresas, empresas na área de

programação e soluções de informática, gabinetes de engenharia, de arquitetura e outros que atualmente on-line conseguem trabalhar com clientes de todo o mundo e que constataram agora que não é necessário estarem nos grandes centros urbanos para operarem e nós temos condições para atrair esse tipo de empresas. Tornar estas condições em boas condições como é exemplo a generalização da rede de fibra ótica em todo o concelho assume uma ainda maior importância na conjuntura atual que vivemos.-----

4. NOTAS POSITIVAS À ATIVIDADE MUNICIPAL-----

-Hoje gostava de deixar também algumas notas positivas à atividade municipal:-----

1ª Pelo fato do Sr. Presidente do Município nos ter dado algum feedback, via contacto telefónico e referindo-me especificamente ao grupo parlamentar da Assembleia Municipal de Terras de Bouro o Nosso Partido, sobre a evolução da situação no concelho de Terras de Bouro decorrente do Covid 19 durante o estado de emergência nacional;-----

2ª Ao fato do Município ter finalmente implementada a Agenda Cultural depois de eu o ter várias vezes ter solicitado em sessões da Assembleia Municipal. Penso que agora esta iniciativa apenas estará um pouco suspensa devido à atual conjuntura pandémica, mas espero que seja uma iniciativa para continuar;-----

3ª Sinalizar também como positivos os investimentos que finalmente têm sido feitos em obras de melhoramento da rede de abastecimento de água e que estes sejam para continuar de modo a que todos os nossos cidadãos, de uma forma justa, possam ser contemplados com estas melhorias.-----

----- Fim da intervenção e transcrição da intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira. ----

----- Por fim, neste período usou da palavra o senhor deputado Ricardo Gonçalves que depois dos cumprimentos a todos os presentes, referiu-se à assembleia municipal de 25 de 2019, como algo que não devia ter acontecido, como todos se lembram e com uma polémica, entretanto sanada. Na assembleia municipal, frisou o senhor deputado, deve existir a separação de poderes para impedir os comportamentos inadequados do presidente da assembleia municipal e do presidente da câmara municipal em impedirem o contraditório. O presidente da câmara, sublinhou também, vem aqui falar do que lhe é perguntado e não de tudo o que lhe apetece. Sobre o 25 de abril de 2020, os partidos também deviam ter sido ouvidos sobre o modo de celebração escolhido. Continuando, o senhor deputado afirmou que para o presidente da

câmara quando tudo é bom foi ele, se for mau vem de trás, parece que em Terras de Bouro só há um tempo depois do Manuel Tibo e não antes do Manuel Tibo, ora isso não está correto, sublinhou o senhor deputado. Há sim endividamento para o futuro e devia existir um esclarecimento sobre a educação, os investimentos realizados e o seu valor. Sobre a saúde, também é verdade que nos concelhos mais próximos não há grande propagação da COVID19 e agora o presidente da câmara também é especialista em saúde pública, mais uma vez, se corre bem é tremendo, se corre mal, é do passado. Aliás, na área da saúde o que devia ser feito, reiterou o senhor deputado, era um melhor acompanhamento e aconselhamento das pessoas. Já sobre o Turismo e segundo os dados da OCDE, Portugal é o país que mais influencia tem sobre o seu PIB com as receitas do turismo, sendo que, igual situação decorre em Terras de Bouro. Por isso mesmo, continuou, que ajudas existirão em Terras de Bouro a partir de um de junho e quem é que o presidente da câmara chamou ou ouviu sobre este assunto, questionou o senhor deputado Ricardo Gonçalves. Mais disse que o Senhor Presidente só informa do que já fez e que foi fantástico, mas devia ouvir mais, pois não ouve, só fala, ceder a novas ideias e assumir as suas responsabilidades, frisou o senhor deputado. Prosseguindo, aludiu às verbas da União Europeia, que têm condicionalismos e não podem ser usadas de qualquer forma. Há aqui uma falta de contraditório, pois o presidente da câmara municipal devia explicar os problemas e não só o que lhe interessa, nomeadamente, o futuro, finalizou, neste período, o senhor deputado Ricardo Gonçalves.-----

----- A seguir usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal que sobre a intervenção inicial do senhor deputado Alexandre Pereira retorquiu se não seria já importante que os sacrifícios pedidos a todos neste período, justificassem todo o resto, isto no que diz respeito à decisão tomada sobre o “25 de abril do presente ano. Esta decisão foi pessoal, assumiu o senhor Presidente da Assembleia Municipal e daí afirmou assumir todas as responsabilidades, pois, dadas as circunstâncias, foi a mais correta. De igual forma e sobre o mesmo tema respondeu ao senhor deputado Ricardo Gonçalves e à senhora deputada Eduarda Pereira dizendo que a audição dos partidos seria uma situação possível, mas que a comunicação da decisão foi efetuada de forma atempada.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para novo período de respostas aos senhores deputados e à senhora deputada Eduarda Pereira explicou o processo do IMI que após a reunião do Executivo Municipal de 7 de maio, levou a uma intervenção, no próprio dia, do presidente da câmara municipal junto da Direção Geral de Finanças que

informou o município que a situação seria resolvida. Tal não decorreu quinze dias depois, mas sim logo depois de ser conhecido o problema, sendo que o senhor vereador Dr. Paulo Sousa, só foi informado na reunião seguinte do executivo, essa sim quinze dias depois. Esta situação não configura factos políticos, mas sim apenas uma situação administrativa que foi, entretanto, corrigida. Quanto à cobertura por fibra ótica, trata-se de uma situação a ser resolvida, pois existem, de facto, empresas interessadas em instalarem-se em Terras de Bouro, mas claro que precisam de meios tecnológicos adequados. Sobre a agenda cultural, trata-se de uma iniciativa importante que foi, dadas as circunstâncias, alvo de uma reestruturação profunda, pois os cancelamentos ou adiamentos de eventos culturais e desportivos são em número elevado. O tratamento dado às infraestruturas de água da rede pública é para continuar, dada a sua fundamental importância na vida da população, estando também em estudo a criação de fossas biológicas estanques, ainda que não exista, nesta fase, comparticipação de fundos comunitários, sublinhou o Senhor Presidente.-----

----- Passou-se, de seguida, ao período de intervenção do público. -----

Dos presentes, ninguém solicitou o uso da palavra.-----

-----Terminado este período entrou-se, de seguida, na discussão da Ordem de Trabalhos, da qual constaram os seguintes pontos: -----

1.Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do n.º 2, do art.º 25, do Decreto - Lei nº75/2013 de 12 de Setembro; -----

2.Presentes para conhecimento as Propostas do Executivo Municipal de apoio à comunidade no âmbito do combate à pandemia da COVID 19;-----

3.Análise e votação de Regulamento Municipal de Concessão de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade - Habitação Condigna; -----

4.Análise e votação de Regulamento Municipal Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio Destinado ao Fomento da Produção Pecuária no Concelho de Terras de Bouro;

5.Análise e Votação da Primeira Revisão aos Documentos Previsionais para 2020; -----

6.Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Maria Helena Alves Cerqueira, mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta; -----

7.Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Alzira Ribeiro dos Santos, mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

8.Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Augusto Capela; -----

9.Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Balbino Vieira.-----

----- Dando cumprimento ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou imediatamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou a sua intervenção com a referência aos valores orçamentais da receita e da despesa e que eram à data em receita cobrada de quatro milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e oito euros e nove cêntimos e de despesa de três milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e quatro euros e quarenta e seis cêntimos. -----

----- Para além disto, o Senhor Presidente referiu as actividades principais do município neste período, como o início das obras da Rede Pedonal entre Rio Caldo e Vilar da Veiga; a requalificação da Estrada no Lugar de Gilbarbedo; as escolas que festejaram o Carnaval em Terras de Bouro; a Câmara Municipal requalificou a estrada no Lugar Santa Comba, na freguesia de Chamoim; o Município de Terras de Bouro informou que já começou a alteração da rede de emissores nacionais da televisão digital terrestre. Segundo o plano definido pela ANACOM para a rede TDT, até ao final do mês vão ser alterados mais 20 emissores e os telespectadores terão que voltar a sintonizar as televisões. No entanto e segundo informação da ANACOM remetida ao município, para o território de Terras de Bouro, que se insere na Região 6 no plano de alteração das frequências TDT, a data ainda está por definir; os procedimentos de prevenção, controlo e vigilância - Infeção por SARS-CoV-2 (COVID-19); a Câmara Municipal de Terras de Bouro estabeleceu plano de contingência face ao coronavírus – COVID 19; as medidas extraordinárias de prevenção e contenção do COVID 19; foi aprovada a requalificação da antiga escola de Chorense para a construção de um Centro de BTT; o cancelamento do evento Fins-de-semana Gastronómicos 2020; Terras de Bouro declarou o Estado de Alerta Municipal face à situação de pandemia provocada pelo vírus COVID 19; a limpeza e desinfeção de espaços públicos; as patrulhas da GNR sensibilizaram Terrabourenses no Estado de Emergência; o Transporte Público de Passageiros - Estado de Emergência; a entrega equipamento de proteção individual (epi) aos centros sociais; o apoio da CLDS 4GEIRA à população de Terras de Bouro; o regozijo pela Vila do Gerês que foi distinguida na 3ª edição do Prémio Cinco Estrelas Regiões; a realização de testes de rastreio ao novo coronavírus; a requalificação dos reservatórios de água para consumo; a assinatura do

contrato para a requalificação da Rua Miguel Torga na vila do Gerês; o lançamento de nova rede de transporte público de passageiros, essencial para serviço das populações a curto prazo no Cávado; o Município de Terras de Bouro concedeu 83 bolsas de apoio ao ensino superior; arrancou a requalificação do C.M. 1259 (E.N.307/Carvalheira) e C.M. 159-2 (Gradouro / Pergoim); a assinatura do contrato da empreitada da “Raia Termal” para a Vila do Gerês; o arranque dos trabalhos de sinalização dos caminhos de s. Bento; a autarquia ofereceu termómetros infravermelhos e equipamento de proteção aos pré-Escolares das IPSS; a Câmara Municipal e AEVH efetuaram campanha de apoio ao comércio local; a Feira de Terras de Bouro voltou 1 de junho e a da vila do Gerês regressou a 5 de junho. Destacou ainda no campo da educação, o trabalho da senhora Vereadora, Dr^a Ana Genoveva Araújo e também do diretor do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, Dr. José Antunes. Para além do apoio solicitado, o município adquiriu trinta e dois tablets e serviço de internet para o ensino à distância, assim como outro material escolar e serviços de refeições. Referiu ainda o investimento feito nas bolsas de estudo do ensino superior, cerca de sessenta mil euros em estudantes do concelho, sublinhou o Senhor Presidente.-----

----- Sobre este ponto da ordem de trabalhos, solicitou a palavra o senhor deputado Filipe Pires para começar por dizer que o Partido Socialista esteve à disposição para colaborar na situação da pandemia. Relativamente à educação e à oferta dos 32 tablets, estes não tinham sido adquiridos num projeto anterior, questionou. Ainda neste campo, frisou como seria fundamental informar as famílias dos alunos como ter acesso a fotocópias, algo que muitos precisam com o ensino à distância. De seguida, o senhor deputado aludiu à falta de informação sobre a **distribuição** de cabazes, ação de ajuda aos mais carenciados no âmbito da pandemia, pois toda a gente deveria ter acesso à informação sobre a disponibilidade dos cabazes, finalizou o senhor deputado Filipe Pires.-----

----- Ainda sobre este último assunto, pediu a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga para frisar que a junta de freguesia não levou cabazes a casa de ninguém.-----

----- Ainda sobre a intervenção do senhor deputado Filipe Pires, usou igualmente da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para referir que os 32 tablets que se falaram aqui hoje são do Projeto PNPGO, logo, propriedade do município e que foram usados para colmatar as

necessidades educativas do momento. O Senhor Presidente voltou a frisar o trabalho incansável da vereadora Dr.^a Ana Araújo sobre esta matéria. A câmara municipal assumirá sempre as suas responsabilidades, mas o agrupamento de escolas é que é a entidade máxima no campo da responsabilidade educativa, frisou o senhor Presidente da Câmara Municipal, dizendo também que o levantamento das necessidades foi efetuado pela escola.-----

----- Sobre este assunto, solicitou a palavra a senhora Vereadora, Dr.^a Ana Genoveva Araújo, que depois dos cumprimentos a todos os presentes, demonstrou também o sue contentamento por falar hoje de algo tão importante como a educação. A senhora vereadora fez de seguida o ponto de situação relativo ao ensino à distância e ao pré-escolar em Terras de Bouro, afirmando que depois do levantamento feito pela escola das necessidades e situações dos alunos, o município sempre esteve e continuará a estar disponível para todos os alunos e famílias que precisem de meios e material para ter acesso ao ensino à distância, assim como o serviço de refeições quando requerido. Os tablets são realmente do projeto Ter + Sucesso e a seleção e a distribuição dos mesmos foi da responsabilidade do critério do diretor da escola. Terminou a sua intervenção, a senhora vereadora, informando os presentes sobre o Dia Mundial da Criança, este ano sem as habituais atividades, dadas as circunstâncias, mas assinalada a data com a distribuição presencial por todo o concelho de um kit comemorativo deste dia.-----

----- Logo depois o senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a intervir para se referir ao assunto dos cabazes. Mais informou que a entrega dos mesmos foi levada a cabo pelas referências que os serviços de ação social do município e a segurança social dispunham e dos mesmos foram informadas as respetivas juntas de freguesia onde tal ocorreu. -----

----- No que diz respeito ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos, após introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedendo logo depois a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que se sobre este ponto, apresentou as Propostas do Executivo Municipal de apoio à comunidade no âmbito do combate à pandemia da COVID 19.

----- Sem qualquer intervenção, das mesmas foi dado conhecimento.-----

----- Relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos e após introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedendo logo depois a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a necessidade legal, após período de discussão pública, de apresentação para aprovação nesta assembleia municipal. -----

----- Aberto o período de inscrições sobre este ponto, interveio a senhora deputada Eduarda

Pereira segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

-----Terras de Bouro o Nosso Partido irá votar favoravelmente neste ponto essencialmente por considerar importante os apoios nesta área e por considerar igualmente importante esses apoios estarem regulamentados. No entanto gostaríamos de ver mais alguma qualidade na elaboração deste tipo de regulamentos e nesse sentido gostávamos de fazer algumas considerações:-----

1ª Se possível ainda acrescentar na parte dos documentos necessários à instrução do pedido (artigo 19º), pois trata-se de um pedido objetivo, achamos essencial incluir certidões de não dívida às Finanças e Segurança Social, assim como os candidatos ao apoio não terem dívidas ao Município, consideramos que este princípio é importante e está subjacente a qualquer apoio público.-----

2ª Gostaríamos de fazer várias considerações mais do ponto de vista de várias incoerências que encontramos no documento que hoje vem a votação:-----

O regulamento refere um atestado como documento necessário à instrução do pedido que pede entre outras coisas que tenha o tempo de permanência na freguesia. A minha questão é qual é a relevância de tempo de permanência na freguesia se depois não é referido nenhum critério em função disso? É só para dar mais trabalho aos Presidentes da Junta? Até porque se forem pessoas que sempre residiram na freguesia é mais fácil, nos outros casos saber com exatidão o número de anos é mais difícil e num atestado as informações têm que ser exatas. Pelo menos quando muito pedir para atestar se está há mais de “x anos”, se o regulamento condicionasse o apoio ao candidato residir há mais que” x anos” na freguesia, o que não é o caso.-----

O Conceito Rendimento Mensal Per Capita: em primeiro lugar o próprio termo deveria ser diferente, rendimento per capita é um conceito que existe na teoria económica (a economia também é uma ciência) por uma questão de qualidade achamos deveria ter sido dada outra denominação. Depois questionamos se a dedução de despesas que são enumeradas no regulamento não será um incentivo à fraude? Ainda por cima são dedutíveis despesas até como seguros de saúde, explicações na área da educação, até cabe aqui mensalidades de colégios privados da forma como é definido o cálculo deste rendimento. Isto não corresponde de todo ao perfil de consumo de pessoas carenciadas. Do ponto de vista idelológico achamos que só deveriam ser incluídos rendimentos brutos com base na declaração de IRS e respetiva nota de liquidação ou um rendimento líquido das respetivas deduções legais de impostos e segurança



social com base nos recibos de salário e equivalentes documentos de pensões e outros, nem que, caso se mostrasse necessário, se reduzisse para compensar, os limites percentuais do SMN constantes na tabela do artigo 32º.-----

Relativamente à fórmula de cálculo do rendimento mensal presente no artigo 4º do Regulamento, também nos parece não muito bem formulada. Primeiro deveria ser claro no regulamento em que documento se baseia o cálculo “rendimentos mensais ilíquidos do agregado familiar”. Mas também muito importante é que a fórmula está concebida para um cálculo com base num só mês. O correto era calcular um total anual dividir por 12 meses e só depois pelo número de elementos do agregado familiar. Um só mês vai ditar um apoio tão importante? Num mês em que qualquer pessoa efetue uma intervenção cirúrgica até num hospital privado, porque tem poder de compra para isso, pode ser elegível para este apoio mesmo que tenha um bom rendimento. Ainda por cima quando a fórmula envolve dedução de despesas de saúde e educação deveria ter uma ponderação anual. Eu até quero acreditar que isto foi lapso ou uma falta de rigor a conceber a fórmula para não refletir a referida ponderação anual, mas o fato é que o regulamento se apresenta hoje a votação com esse erro, depois de passar por várias etapas e ninguém ter tido uma análise crítica para o detetar.-----

----- Fim da transcrição da intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira.-----

----- Posteriormente o senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para sublinhar que os regulamentos são apresentados em reunião de executivo municipal e colocados em discussão pública para serem apreciados antes de serem apresentados em reunião de assembleia municipal.-----

----- Colocado imediatamente à votação, o ponto três, “Regulamento Municipal de Concessão de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade - Habitação Condigna”, foi aprovado por maioria com quatro abstenções, todas do Partido Socialista. -----

-----Relativamente ao quarto ponto da ordem de trabalhos e após introdução pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedendo logo depois a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a necessidade legal, após período de discussão pública, de apresentação para aprovação nesta assembleia municipal. -----

----- No período reservado a intervenções e sobre este ponto usou da palavra o senhor deputado Manuel Sousa, segundo intervenção que de seguida se transcreve na íntegra:-----

----- Consideramos que a presente proposta não cumpre com os pressupostos indicados no documento, “fixação e rejuvenescimento da força do trabalho, motor do desenvolvimento rural

e para a criação de condições favoráveis para um maior cumprimento das regras de saúde pública e saúde animal e consequentemente para o bem-estar dos animais e das boas condições agrícolas e ambientais”. O montante financeiro anual a “atribuir pelo Município aos produtores de bovinos, ovinos e caprinos, será de 50% dos valores despendidos pelo produtor com os animais, até ao limite máximo de 350,00 Euros, por produtor”. Tal proposta não nos parece que seja incentivador para a dita fixação e rejuvenescimento da força do trabalho, nem para o aumento da produção por parte dos atuais produtores do concelho. O objetivo desta proposta deveria ser no sentido de premiar e incentivar o aumento da produção e, para tal, em vez de se atribuir um financiamento anual em função dos valores de despesas faturados, seria em função do volume de negócios. Além disso, o valor máximo a atribuir deveria ser superior para se considerar realmente um incentivo, tendo como valor de referência, por exemplo, um salário mínimo nacional pelo menos. Se o Executivo Municipal pretende cumprir com o propósito do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, tal apoio poderia ser aberto a outras áreas de negócio que estejam instaladas no concelho ou que possam existir no futuro e que se enquadrem nos objetivos da proposta “aumento da produtividade, mas também para garantir o cumprimento das regras de saúde pública e saúde animal, e simultaneamente para o bem-estar dos animais e as boas condições agrícolas e ambientais”. -----

Estaremos, por isso, disponíveis a apresentar uma proposta de revisão ao artigo 8.º do presente documento e remeter a votação numa próxima sessão de Assembleia Municipal.-----

----- Fim da transcrição e intervenção do senhor deputado Manuel Sousa. -----

De seguida e sobre este ponto, interveio o senhor deputado Filipe Pires para aludir à questão de aplicação de taxas aos agricultores. Sublinhou a criação do Gabinete de Apoio ao Agricultor em 2009 e de como os agricultores devem ser apoiados, até pela natureza da maioria das explorações agrícolas existentes em Terras de Bouro que são de índole familiar. Assim, os agricultores não deviam ser taxados pelos serviços do GAA e isto trata-se de emendar a mão pelas taxas aplicadas noutra âmbito. Mais afirmou o senhor deputado que este regulamento devia incidir sobre os proveitos e não sobre as despesas. Terminou dizendo que os pequenos agricultores devem ser apoiados e o apoio existente parece ser insuficiente.-----

----- De igual forma, o senhor deputado Vítor Fernandes sobre este ponto interveio para fazer um pedido de esclarecimento.-----

----- Sobre este ponto e as intervenções anteriores, voltou o senhor Presidente da Câmara Municipal a usar da palavra para sublinhar novamente que os regulamentos são apresentados em reunião de executivo municipal e colocados em discussão pública para serem apreciados antes de serem apresentados em reunião de assembleia municipal. Além disso e sobre este ponto especificamente, há agora um apoio acrescido ao ano anterior e que existe é simplesmente uma taxa cobrada por um serviço prestado, não existindo com isso um impacto económico-financeiro direto para a câmara municipal, ao contrário de outras que têm sido usadas em importantes investimentos, como é o caso da água.-----

----- Colocado imediatamente à votação, o ponto quatro, “Regulamento Municipal Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio Destinado ao Fomento da Produção Pecuária no Concelho de Terras de Bouro”, foi aprovado por maioria com oito abstenções, cinco do Movimento Independente “Terras de Bouro é o Nosso Partido” e três do Partido Socialista.-----

Entrou-se de seguida na apresentação do quinto ponto, procedendo o senhor Presidente da Câmara Municipal à apresentação de um plano de projetos de desenvolvimento territorial e requalificação de infraestruturas existentes, de onde faziam parte, entre outros: a disponibilização de rede Wifi em locais públicos; o Projeto de construção do Centro Literário do Parque da Assureira (Gerês); o Centro BTT de Chorense; a Requalificação e Adaptação de Sala Polivalente Municipal; o Auditório dos Bombeiros Voluntário de Terras de Bouro; Centro Cultural da vila de Terras de Bouro; a Promoção do Cabrito Biológico da Serra do Gerês através da elaboração de um caderno de referenciais, promoção externa em feiras, realização de workshops, vídeo promocional, ações de capacitação; a Promoção cultural das Aldeias do Minho e suas Tradições; o Plano de Pormenor do Bairro da EDP da Caniçada – Valdosende; a Rede Pedonal Estruturante e Acessível de Ligação entre Rio Caldo e Vilar da Veiga e os trabalhos de sinalização dos caminhos de peregrinação a são bento da porta aberta – 120 kms para justificar a Primeira Revisão aos Documentos Previsionais para 2020. ---- Sobre este ponto, não se realizaram intervenções e colocada imediatamente à votação foi a Primeira Revisão aos Documentos Previsionais para 2020, aprovada por unanimidade.-----

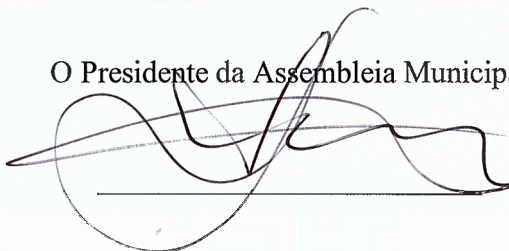
----- A parte final da sessão ficou marcada pela apresentação dos seguintes votos de pesar: Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Maria Helena Alves Cerqueira, mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moimenta; Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Alzira Ribeiro dos Santos, mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga;

Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Augusto Capela e Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Albino Vieira-----

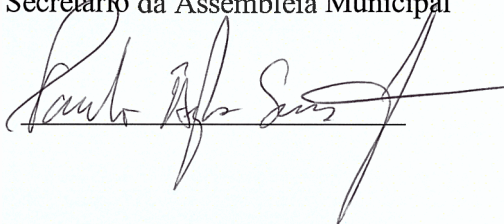
----- Colocados à votação foram aprovados por unanimidade e dos mesmos consignado o respectivo **Minuto** de Silêncio por todos os presentes, como forma de homenagem pela Assembleia Municipal de Terras de Bouro à memória dos falecidos.-----

----- Findo este período, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão e os trabalhos pelas 01:30 horas. Da mesma se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

A handwritten signature in dark ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end, positioned above a horizontal line.

O Secretário da Assembleia Municipal

A handwritten signature in dark ink, appearing to start with the letter 'P' and ending with a long, sweeping horizontal stroke, positioned above a horizontal line.